



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

### SENTENÇA

Processo Digital nº: **1002026-12.2017.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Embargos À Execução Fiscal - IPTU/ Imposto Predial e Territorial Urbano**  
 Embargante: **'Banco do Brasil S/A**  
 Embargado: **'MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de embargos à execução opostos por **BANCO DO BRASIL S/A** contra o **MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS**, aduzindo: nulidade das certidões da dívida ativa, por ausência de notificação do lançamento e de processo administrativo, cerceando-lhe o direito de defesa, bem como incidência de multa abusiva e que os juros devem ser cobrados a partir da citação.

O embargado apresentou impugnação, alegando que as CDAs preenchem os requisitos legais, que o IPTU se sujeita a lançamento de ofício, com base nos dados constantes da ficha cadastral do imóvel e que a notificação ocorre com o envio do carnê no endereço do contribuinte, sendo desnecessária a menção ao número do processo administrativo, tendo sido publicado edital com a inscrição municipal e o nome, bem como enviada correspondência, não tendo o banco embargante juntado qualquer documento suficiente para descaracterizar a ocorrência do lançamento.

Alegou, ainda, que a multa tem previsão legal e não possui caráter confiscatório.

Houve réplica.

**É O RELATÓRIO.**

**PASSO A FUNDAMENTAR E DECIDIR.**

O pedido não comporta acolhimento.

Inicialmente, repele-se a preliminar de nulidade, pois as certidões de dívida ativa não se ressentem de vícios de forma. Basta a sua leitura para identificar o sujeito passivo da obrigação, a origem, o período do débito, o seu fundamento legal (Lei 5.495/66)



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

os juros e a multa.

Por outro lado, o Superior Tribunal de Justiça pacificou o entendimento no sentido de que o lançamento do IPTU é feito de ofício, ou seja, dá-se por iniciativa da autoridade administrativa, o que ocorre com a notificação do contribuinte pelo recebimento do carnê, sem necessidade de lavratura de auto de infração e, decorrendo o IPTU de lei, o seu valor não é apurado em processo administrativo.

Quanto à multa, tem previsão legal e, no patamar fixado: 10%, não possui caráter confiscatório.

Ante o exposto, julgo o processo, com resolução do mérito e IMPROCEDENTES os embargos.

Condeno o banco embargante a arcar com as custas judiciais e honorários advocatícios, que fixo em 10% sobre o valor da causa.

P I

São Carlos, 28 de setembro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**